

CURRÍCULOS EMPREENDEDORES: A POLÍTICA DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA - PEE (2016-2026) E A TENTATIVA DE MERCANTILIZAÇÃO DO SOCIAL

ENTREPRENEURIAL CURRICULUMS: THE POLICY OF BAHIA STATE EDUCATION PLAN - PEE (2016-2026) AND THE ATTEMPT TO COMMODIFY THE SOCIAL

João Paulo Lopes dos Santos 1

Resumo: O objetivo desse texto é trazer uma análise das influências das redes políticas de governança na política do Plano Estadual de Educação da Bahia - PEE (2016-2026). O PEE-BA, diante de tais interferências, parece funcionar como ferramenta neoliberal na produção de currículos mercantilizados alinhados aos princípios mercadológicos. Nesse sentido, questiona-se: de que forma o Plano Estadual de Educação da Bahia tem operado no esforço de orientar e fazer cumprir currículos supostamente ajustados aos princípios neoliberais e às disciplinas de mercado? Argumenta-se que ele apresenta diretrizes que atendem às demandas do setor econômico. Como possibilidade metodológica para viabilizar a discussão, é utilizada a noção de redes políticas em Ball (2014). Os resultados revelaram que o PEE da Bahia é performático, e objetiva currículos empreendedores capazes de formar capital humano; trabalhadores qualificados e eficientes para atuarem no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Currículos Empreendedores. Plano Estadual de Educação da Bahia. Redes Políticas de Governança.

Abstract: The objective of this text is to bring an analysis of the influences of political governance networks on the policy of Bahia State Education Plan - PEE (2016-2026). The PEE-BA, in the face of such interference, seems to work as a neoliberal tool in the production of commodified curricula in line with market principles. In this sense, the question is: how has the Bahia State Education Plan operated in the effort to guide and enforce curricula supposedly adjusted to neoliberal principles and market disciplines? It is argued that it presents guidelines that attend the demands of the economic sector. As a methodological possibility to facilitate the discussion, the notion of political networks is used in Ball (2014). The results revealed that the PEE of Bahia is performative, and aims at entrepreneurial curricula capable of forming human capital; skilled and efficient workers to work in the world of work.

Keywords: Entrepreneurial curricula. Bahia State Education Plan. Governance policy networks.

* O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ.

1 Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB). Licenciado em Pedagogia pelo Claretiano Centro Universitário. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0102163472677952>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5582-8097>. E-mail: jpaulouerj@gmail.com

Introdução

Esse escrito é uma tentativa de descrever, ainda que de forma breve, as nuances epistemológicas e conceituais da atuação de redes políticas de governança no setor público de educação no Brasil, especialmente na Bahia. O objetivo é debater as influências de organizações empresariais, organismos multilaterais internacionais e demais agentes, públicos e privados, sobre a política do Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE) (2016-2026), cujo parece configurar como dispositivo da racionalidade neoliberal com fins de definição, na esfera local, de currículos empreendedores consoantes às demandas de mercado.

Partindo desse pressuposto, questiona-se: de que forma o Plano Estadual de Educação da Bahia tem operado no esforço de orientar e fazer cumprir currículos supostamente ajustados aos princípios neoliberais e às disciplinas de mercado? Argumento que o PEE - BA apresenta diretrizes que atendem às demandas do setor econômico: Diretriz IV - “melhoria da qualidade da educação” e Diretriz V - “formação para o desenvolvimento integral do sujeito, para a cidadania e para o trabalho” (BAHIA, 2016, [on-line]). Nessa óptica, o Plano de educação baiano pode ser concebido como política performática de governança, de economicização da vida e do social.

Como possibilidade metodológica para o desenvolvimento das discussões, recorro à abordagem de redes políticas em Ball (2014) para dizer que as políticas educacionais recentes, sobretudo o PEE-BA, são normativas que tentam fixar sentidos de currículo; são produtos de uma nova ordem global pautada nos princípios econômicos, políticos, nos valores morais e sociais os quais vêm impactando os novos desenvolvimentos globais em políticas educacionais no setor público.

Nesse sentido, o Plano Estadual de Educação da Bahia opera performaticamente na construção de currículos empreendedores adequado ao fabrico de capital humano, à formação de indivíduos empreendedores de si, de sujeitos trabalhadores autorresponsáveis e capazes de se melhorarem constantemente em um mercado de desempenhos (BALL, 2014).

Redes políticas, tensões e produções de significados para as políticas de currículo no Brasil

A partir da década de 1990, tornou-se potente o movimento de internacionalização das políticas públicas de educação na América Latina. No Brasil, esse movimento ganhou força e foi influenciado pelas novas perspectivas curriculares empreendidas num contexto de reformas educacionais – focadas na estrutura econômica – ocorridas em nações como Estados Unidos e Inglaterra na década de 1980.

Com o governo Thatcher, na Grã-Bretanha (1979-1990), e o governo Reagan, nos Estados Unidos (1981-1989), as medidas neoliberais assumidas por esses governos desvelaram os objetivos da nova ordem global. Tratava-se, portanto, do empreendimento de limitar a estrutura e o funcionamento do Estado.

Enquanto o Estado liberal clássico recorria ao modelo econômico do *laissez-faire* e ao modelo político do ‘vigia noturno’, os neoliberais procuravam construir, consolidar e amarrar um Estado unificado e forte, um Estado no qual a soberania política significa desunir, a democracia, desorientar e dividir, e a burocracia, exaurir. O Estado neoliberal tinha de ser enxuto, não soberano e milimetricamente focado, isolados de interesses particulares, de pactos pluralistas e de demandas das massas (BROWN, 2019, p. 77).

As demarcações ao neoliberalismo no mundo – anteriormente apontadas pela Guerra Fria, com o declínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a admissão, por elas, dessa racionalidade – impulsionou uma espécie de Internacional neoliberal (BROWN, 2019) que pôs o

mundo a curvar-se à hegemonia do discurso neoliberalizado (FILHO; NETO, 2022).

Na nova racionalidade, as políticas educacionais e as políticas curriculares possuem o papel de reassegurar as normas educativas, agora enraizadas na reforma neoliberal do bem-estar social e da educação. Por essa razão, a reorganização curricular ocorrida na Inglaterra e nos Estados Unidos na década de 1980, por exemplo, pode ser considerada “uma das expressões máximas do processo de transformar o sistema público de educação pela introdução de princípios neoliberais” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 240). Princípios impulsionados especialmente pela reestruturação da cadeia produtiva e pela instabilidade dos processos de acumulação do capital. Diante disso, a educação foi convertida em mecanismo de formação de trabalhadores eficientes, homens e mulheres competentes e qualificados/as para produzirem uma força de trabalho segmentada e adaptável à sociedade.

Para Lopes e Macedo (2011), isso motivou a definição e o estabelecimento de currículos nacionais, processos avaliativos centralizados voltados aos resultados, políticas de avaliação e responsabilização, materiais didáticos e gerenciamento de escolas, bem como o alinhamento dos currículos ao modelo pós-fordista mediante seus rearranjos por competências.

Os currículos, nesse sentido, passaram a ser definidos por competências, e tornaram-se matrizes de formação humana atreladas “à lógica colocada pela economia e pelo mercado, ao situar a escola como instância privilegiada para atender às demandas de formação solicitadas pelo mercado de trabalho” (SILVA, 2012, p. 41).

Nesse ínterim, vale mencionar duas recentes políticas curriculares brasileiras que vêm impactando a educação e reforçando a lógica de mercado: o Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Essas são macropolíticas normativas que foram influenciadas pelo pensamento econômico, portanto são consideradas neoliberais (LOPES; MACEDO, 2011). Elas foram elaboradas e estabelecidas com objetivos de formar capital humano, sujeitos empreendedores, mentalidades econômicas a serviço das cooperações, do mercado, do consumo, da produtividade e da geração de lucros. É, por efeito, o movimento da atual economicização neoliberal das políticas educacionais, das políticas curriculares, bem como da vida política e social que, assim como sugere Brown:

[...] se distingue por uma produção discursiva que converte toda pessoa em capital humano – de si mesma, das empresas, e de uma constelação econômica nacional ou pós-nacional, como a União Europeia. Consumo, educação, capacitação e escolha de parceiros são configurados como práticas de investimento em si mesmo, sendo o ‘si mesmo’ uma empresa individual; e tanto o trabalho quanto a cidadania aparecem como modos de pertencimento à (equipe da) empresa na qual se trabalha ou à nação da qual se é membro. Empresas modernas buscam seus próprios interesses, é claro, mas de uma maneira específica. Longe de serem deliberadamente vorazes ou indulgentes, para conseguir sobreviver e prosperar precisam buscar estratégias cuidadosas de investimento, aprimoramento de capital, obtenção de vantagens, redução de custos, a novos desafios e às prolongadas altas nas taxas de crédito. Em outras palavras, elas não são entidades smithianas, meramente engajadas em ‘intercambiar e permutar’, nem tampouco criaturas benthamianas, que simplesmente buscam o prazer e fogem da dor. Ao contrário, enquanto a racionalidade neoliberal refaz o sujeito humano como partícula do capital, há uma passagem, da crua abordagem anterior do ser humano como maximizador de interesses, para a formulação do sujeito ao mesmo tempo como membro de uma empresa e como sendo *ele mesmo* uma empresa – apropriadamente conduzida, em ambos os casos, por estratégias de ‘governança’ aplicáveis a empresas (BROWN, 2018, p. 6-7).

Nesses moldes, o neoliberalismo realmente existente consiste na dominação do Estado e de suas políticas por todos os grandes interesses econômicos, e passa, assim, a ser compelido a lidar com um populacho conservador, reacionário, fervendo de rancor, raiva e ressentimento, para não ressaltar unicamente suas carências materiais.

Nessa esteira, tanto o PNE quanto a BNCC, para além das incursões conservadoras que, de igual modo, interferiram no fabrico dessas políticas, ocasionando alterações significativas nos textos das versões apresentadas nas consultas públicas, suprimindo, assim, termos da diferença e questões relacionadas a gênero e sexualidade, foram políticas pensadas e construídas sob as bases econômicas que sustentam as redes políticas. Nesse entendimento, opero com a noção de redes políticas em Ball (2014).

O autor sugere pensar rede política como “um método, uma técnica analítica para olhar as estruturas das comunidades de política e suas relações sociais. Ela trabalha para capturar e descrever alguns aspectos, mais visíveis, dessas relações” (BALL, 2014, p. 30). Destarte, a rede representa um conjunto de mudanças reais nas formas de governança da educação nacional e global, cujas articulações se dão entre diversos agentes privados, organizações, organismos multilaterais, governos, ONGs e fundações.

É preciso destacar que essas redes políticas são orientadas por organismos como o Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, dentre outros que também figuram nesse cenário.

Esses organismos multilaterais em parceria com fundações e movimentos de educação realizam pesquisas, estudos e avaliações em larga escala com objetivos óbvios de apresentar um panorama educacional dos países em que atuam, quase sempre países periféricos denominados emergentes, como é o caso do Brasil. Os resultados, via de regra, mostram uma educação fracassada, um comprometimento da qualidade educacional cuja precisa de intervenção.

Nessa lógica, e pautados no discurso da melhoria da qualidade da educação, esses organismos internacionais fazem circular ideias e ofertas de soluções, via setor privado mercantil (RAMOS; PEREIRA; HONORATO, 2020), supostamente capazes de potencializar a educação. Assim, essa rede atua para definir problemas, propor soluções (BALL, 2014) e orientar a definição, elaboração, desenvolvimento e financiamento de políticas curriculares.

Com isso, percebe-se que o currículo “aqui é sobre o setor público aprender a enfrentar suas supostas inadequações, aprender lições advindas dos métodos e dos valores do setor privado e aprender a reformar-se” (BALL, 2014, p. 65). Isso significa que a educação pública, para ser de qualidade, precisa curvar-se aos rigorosos ensinamentos das disciplinas de mercado. Efetivamente, esse movimento configura a produção de novos significados, sensibilidades, valores e novos modos de sociabilidade na prática educacional do setor público.

Para Silva (2012), o propósito de uma educação orientada para o mercado, para o exercício do aprender a fazer, toma como fundamento a noção de competência, de sujeito competente qualificado para o trabalho, e, por essa razão, há uma conexão entre educação e as razões do mercado de trabalho. Não ao acaso o PNE, em seu Artigo 1º, cita a formação para o trabalho como uma de suas diretrizes. Essa é uma máxima que também está presente na BNCC, cuja assinala para o fato de que “as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências [...] por meio da indicação clara do que os alunos devem ‘saber fazer’ para resolver demandas complexas [...] do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 13).

Fica evidente que essas Legislações incorporaram muitos dos direcionamentos – dentre eles a melhoria da qualidade da educação e a formação para o trabalho – que foram e são defendidas por redes políticas de governança. Uma vez materializadas, essas Políticas Públicas de educação tornaram-se respostas efetivas ao setor empresarial e sua demanda por reformulação dos currículos orientados, nessa nova ordem, pela noção de competência (SILVA, 2012).

Na trajetória de reformulações das políticas educacionais brasileiras, desde a década de 1990, há que se situar os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais, o PNE e a BNCC. No caso da Base, talvez seja esta a política curricular em que mais se pôde perceber a atuação de redes políticas de governança.

A demanda por uma base nacional que trouxesse um conjunto de conhecimentos comuns,

essencializados, capazes de suscitar a melhoria da qualidade da educação brasileira representou o tratamento de problemas da educação pública através da produção de políticas supostamente mais eficazes. A BNCC, nesse sentido, é fruto de agenciamentos de políticas com uma gama diversificada de participantes em um novo tipo de espaço de políticas.

Dito isso, um desses notáveis participantes é a Fundação Lemann, uma organização de filantropia familiar que apoia e mantém parcerias com organizações empresarias nacionais e internacionais, universidades estrangeiras, editoras, institutos. O grupo Lemann faz parte de coalizões e movimentos que buscam assegurar a implementação de um currículo comum no Brasil.

Nessa rede, atuam também outros agentes como o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - Cenpec e o Movimento Todos pela Educação, financiados por recursos privados. Estes são organizações da sociedade civil que trabalham com projetos, programas e pesquisas, cujo objetivo é ser referência de conhecimento em educação, produção de políticas públicas e avaliação de material didático, formação continuada de professores, consultorias, elaboração de propostas educacionais, articulação com o poder público e atores-chave – empresas, fundações, ONGs, etc. – e monitoramento.

Tais organizações mantêm parcerias com a Unesco, Banco Interamericano de Desenvolvimento, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, Conselho Nacional de Secretário de Educação - Consed, Ministério da Educação - MEC, Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Instituto Votorantim, Instituto Unibanco, Fundação Telefônica Vivo, Editora Moderna, Canal Futura, Samsung Brasil, Grupo Gerdau, Bradesco, Santander, dentre outros.

Esses atores se deslocam entre educação e finanças. Ilustram a forma global de *edu-business* e constituem um tipo de comunidade epistêmica estruturada a partir de um complexo de questões, verdades e visões compartilhadas e consensualmente reconhecidas, rearticuladas e divulgadas. Eles representam o “neoliberalismo tamanho único” e são “canais locais em uma rede internacional de relações para a difusão de conhecimento e de informação” (BALL, 2014, p. 62).

Em termos gerais, trata-se de uma rede que se mobiliza para transformar o pensamento de governos nacionais e os comportamentos através da substituição de normas, ideias e discursos, e está “trabalhando para mudar a percepção do público sobre problemas sociais no Brasil, incluindo a educação” (BALL, 2014, p. 63). Nesse sentido, a educação é “uma manifestação de uma reformulação global das bases econômicas, sociais, morais e políticas do fornecimento do serviço público e do desenvolvimento de novos tipos de respostas políticas” (BALL, 2014, p. 43) à desvantagem social e ao suposto fracasso do estado na condução da educação pública.

Isso abrange novos conglomerados de empresas de conhecimento e consultores de quem, segundo Ball (2014), os governos estão adquirindo conhecimento de política. A política, por isso, é convertida em mercadoria. Soluções políticas estão à venda, e elas convertem a política em um conjunto de resultados calculáveis.

Resultados que têm como objetivo ofertar soluções às discrepâncias sociais em torno do acesso à suposta educação de qualidade, justiça social, direito à educação. Nesses moldes, as políticas curriculares são produtos de disputas políticas que produzem significados para os currículos escolares. Currículos que se pretendem isonômicos a partir dos sentidos atribuídos, desde outras esferas, àquilo que é concebido como verdadeiro e socialmente reivindicado: qualidade, mercado de trabalho, equidade social, ciência, formação de mão-de-obra qualificada, avaliação, cultura comum, conhecimento – pra se fazer algo –, projeto de nação, responsabilização.

O intuito desse regime de verdades é reorientar as práticas educativas e pedagógicas “para com aqueles que são susceptíveis a ter um impacto positivo nos resultados de desempenho mensuráveis para o grupo, para as instituições e, cada vez mais, para a nação” (BALL, 2014, p. 67). Por essa razão, as políticas curriculares neoliberais podem ser concebidas como performáticas, como instrumentos de governança.

A performatividade, em vista disso, incita o indivíduo a ser competente, a assumir a responsabilidade de ser melhor, efetivo, de melhorar a produção, de trabalhar duro e mais rápido. E para se tornar um indivíduo qualificado para o mercado, ele deve seguir às normativas das políticas. Ele precisa se construir enquanto capital humano, empreender a si mesmo e se autogerenciar. Esse processo subjetivo, portanto, emana dos interstícios da performatividade através de auditorias, inspeções, avaliações, autorrevisões, garantia de qualidade, indicadores de resultados e assim por

diante (BALL, 2014).

Nessa lógica, de fato, as políticas educacionais produzidas pelas redes políticas de governança são performáticas. São, conforme Ball (2014), a forma por excelência de governança neoliberal, que abrange a subjetividade, as práticas institucionais, a economia e o governo. “É tanto individualizante quanto totalizante. Ela produz docilidade ativa e produtividade sem profundidade” (BALL, 2014, p. 66).

Assim, retomando o PNE e a BNCC, pode-se dizer que essas políticas são mecanismos performáticos de governança, e atuam como orientadoras de outras políticas como os planos estaduais e municipais de educação – e para fins desse estudo, situo o Plano Estadual de Educação da Bahia (2016 – 2026). Elas têm como função fazer chegar à esfera local os princípios de mercado por meio de um currículo empreendedor, objeto de negociações articuladas no âmbito das redes de relações público-privado com objetivos de mercantilização do social. É a prevalência e supervalorização do *homo oeconomicus* em detrimento do *homo politicus* (FOUCAULT, 2008). É a educação como um grande negócio.

O Plano Estadual de Educação da Bahia: a lógica de mercado para um currículo baiano

O Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE) (2016 - 2026) foi apresentado pelo Fórum de Educação ao Governo do Estado no dia 8 de junho de 2015 e aprovado pela Assembleia Legislativa em 4 de maio de 2016. No dia 12 de maio do mesmo ano, o PEE foi publicado no Diário Oficial do Estado. Essa data assinalou o início de sua vigência após a sanção pelo Governador Rui Costa.

Desse modo, o Plano se materializa através da Lei Nº 13.559, de 11 de maio de 2016, em consonância com o disposto no Art. 214 da Constituição Federal, o qual estabelece o Plano Nacional de Educação com propósitos de definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a educação (BRASIL, 1988). De igual modo, o PEE alinha-se à Constituição do Estado da Bahia que, em seu Artigo 250, define o Plano Estadual de Educação com vistas à articulação das ações que conduzam aos objetivos previstos na Constituição Federal (BAHIA, 1989), bem como na Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o PNE.

Ambas as Constituições, tal qual o PNE, determinam que a educação seja promovida com base em alguns princípios e diretrizes, dentre eles: o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação e formação para o trabalho.

O investimento de organismos multilaterais e conglomerados internacionais sobre as políticas de educação no Brasil, sobretudo o PNE – parâmetro para demais políticas públicas de educação, como os planos estaduais e municipais – evidencia a tentativa de reverberar na esfera local a regulação do ensino e do conhecimento com fins à formação de mão-de-obra para atuar eficientemente no mercado de trabalho.

Nesse sentido, sendo uma política amparada e consoante aos princípios e diretrizes do PNE, o PEE da Bahia torna-se um escoadouro dos novos modos de governança fundamentados em valores compartilhados em rede, os quais se traduzem na busca por resultados econômicos e sociais.

Desse modo, é possível questionar: de que forma o Plano Estadual de Educação da Bahia tem operado no empreendimento de orientar e fazer cumprir currículos supostamente ajustados aos princípios neoliberais e às disciplinas de mercado? Argumento que ele apresenta diretrizes que atendem às demandas do setor econômico: Diretriz IV - “melhoria da qualidade da educação” e Diretriz V - “formação para o desenvolvimento integral do sujeito, para a cidadania e para o trabalho” (BAHIA, 2016, [on-line]).

Para viabilizar o debate, o entendimento de redes de política em Ball (2014), como possibilidade metodológica, se faz necessário. Redes políticas representam um tipo de social novo, uma dinâmica que envolve tipos bastante peculiares de relações sociais, de fluxos e movimentos. Elas formam “comunidades políticas, geralmente baseadas em concepções compartilhadas de problemas sociais e suas soluções” (BALL, 2014, p. 29).

São redes que vêm estruturando novos mecanismos de governança e produzindo novos modos de sociabilidade. Diante disso, as demandas por reformas educacionais e melhoria da

educação se traduzem em oportunidades de negócios para as organizações de serviços educacionais – a exemplo da Editora Moderna e Editora do Brasil, as quais fornecem materiais e serviços (obras didáticas e literárias, softwares, jogos educacionais, consultorias, treinamentos, materiais de formação, materiais destinados à gestão da escola, etc.) para a educação pública mediante contratos de aquisição firmados com o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD do Governo Federal – sobretudo quando as agências financiadas pelo Estado, de sustentação nacional e local, veem nas reformas uma oportunidade de ouro de capitalizar sobre o “desastre”. As organizações empresariais, por isso, “atuam como dispositivos de ligação, intérpretes de políticas operando entre o Estado e as organizações do setor público - tornando as reformas sensatas e administráveis” (BALL, 2014, p. 157).

Retomando o significativo “qualidade da educação”, é importante enfatizar que esta é justificativa, reiterada, para criar a sensação de que é preciso desenvolver novas políticas e mobilizar inovações que produzam determinado efeito sobre a educação pública baiana, hipoteticamente precarizada e a mercê da incapacidade do estado de melhorá-la. É o que Ball (2014) define como emergência manipulada de políticas.

A suposta crise educacional traduzida como “fracasso” serve como exterior constitutivo de reivindicações como igualdade e qualidade educacional, interpretados como justiça social. Igualdade e qualidade, portanto, são significantes vazios¹ capazes de “sobredeterminar as demandas de diferentes grupos que se constituem neste jogo político” (MACEDO, 2014, p. 1536). Tais disputas, mobilizadas sob a plataforma da melhoria da qualidade da educação, se hegemonomizam produzindo “uma rede de demandas em torno de reformas marcadas pela lógica do mercado” (MACEDO, 2014, p. 1538).

Toda essa mobilidade acontece por efeito das redes políticas que delineiam os novos modos de governança da educação global, nacional e do próprio estado da Bahia, cujo objetivo é contornar problemas sociais, teoricamente imutáveis, através de colaboração e parcerias na busca por respostas gerenciais e soluções que elevem os padrões no intuito de alcançar “melhorias educacionais ligadas tanto à oportunidade individual quanto à competitividade” (BALL, 2014, p. 203).

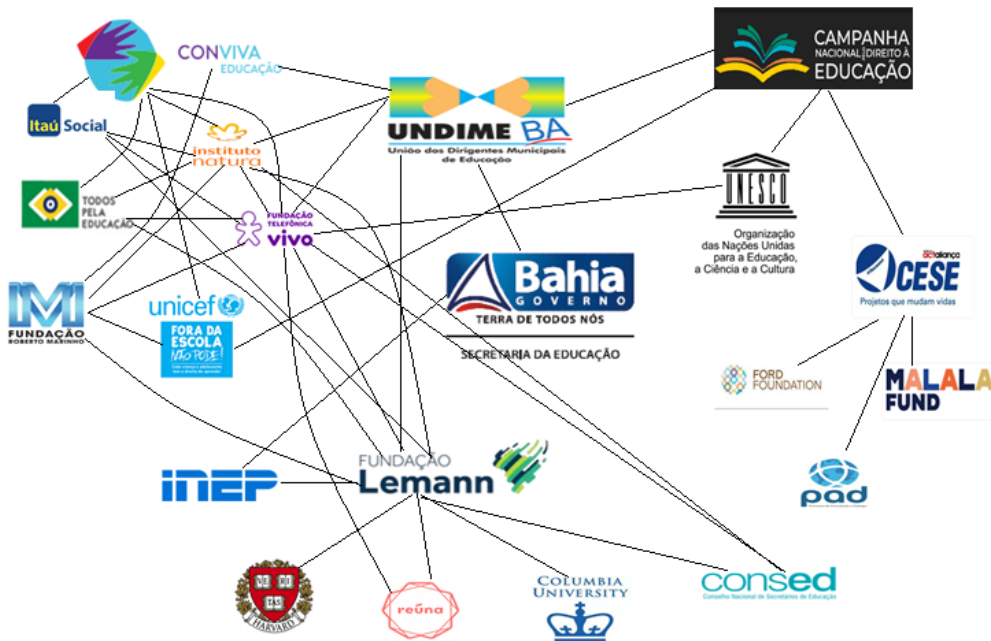
As redetrabalham por intermédio de formas de contatos. As participações são multifacetadas, as relações são variadas, e os agentes que nelas atuam podem se envolver de diferentes modos: consultorias, financiamentos, fornecimento de material didático. No contexto do PEE baiano, um ator nodal que o influenciou e vem auxiliando-o é a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação seccional Bahia (Undime/BA). Essa é uma associação civil sem fins lucrativos, que busca “participar da formulação de políticas educacionais, fazendo-se representar em instâncias decisórias, acompanhando suas aplicações nos planos, programas e projetos” (UNDIME/BA, 2022, [on-line]).

Com o objetivo de defender uma educação de qualidade, a Undime/BA apoia fóruns e encontros que debatem novas perspectivas educacionais para a Bahia, da mesma forma que busca monitorar a organicidade das políticas educacionais com vistas à efetivação do Plano Estadual de Educação em conformidade com os planos municipais e com o PNE.

Nesse processo, é fundamental considerar as vozes e as articulações (Figura 1) estruturalmente acopladas à Undime/BA, as quais parecem fazer reduzir a capacidade do Estado em orientar seu sistema de ensino. Assim, a Undime/BA mantém contato e parcerias com sindicatos, confederações, associações, ONGs, movimentos sociais, entidades da sociedade civil e redes. A principal rede que ela integra é a Campanha Nacional pelo Direito à Educação que reúne mais de 200 organizações.

1 A categoria significativo vazio diz respeito às múltiplas articulações de significados em um discurso comum, sem que nenhum deles se fixe como sentido único. Esses significados articulados, portanto, perdem o sentido inicial em decorrência do excesso de sentidos aglutinados. O significativo vazio é a esfera de lutas por identificação com vistas ao seu preenchimento por um conteúdo/sentido particular diferencial (LACLAU, 2011).

Figura 1. Rede Política do Plano Estadual de Educação da Bahia.



Fonte: Elaboração própria (2022).

A rede política desenhada apresenta uma mensagem simples, que pode ser facilmente compreendida por políticos e formuladores de política em variadas esferas. Ela, por certo, não é uma representação absoluta, mas um estrato das ramificações que conectam atores públicos e privados – condutores mais adjacentes ao PEE da Bahia – a setores macros, tanto nacionais quanto transnacionais. Dito isso, pode se pensar em uma rede muito maior e complexa que defende uma perspectiva de sociedade livre em todo o mundo. Uma sociedade que, supostamente, depende de empreendedores intelectuais “que desejam melhorar debates sobre políticas públicas por meio de pesquisas sólidas” (BALL, 2014, p. 50).

A Undime/Ba, nessa rede, atua como canal local que destina-se a descobrir, desenvolver e sustentar empreendedores intelectuais no mundo todo, os quais podem desenvolver a visão de organizações, fundações, empresas e movimentos – assim como esboçado na figura 1 – e fazer ressoar, nas políticas públicas de educação, a visão de uma sociedade de indivíduos livres e responsáveis. Indivíduos empreendedores de si, auto formadores como capital humano.

Evidentemente, no âmago da rede política do Plano Estadual de Educação da Bahia, as relações materializadas, os papéis estruturados e as trocas entre os diversos atores que nela se articulam, demarcam a turva manifestação de vínculos entre o público e o privado, entre o serviço público e o lucro. Isso mostra que as atividades financeiras da educação pública da Bahia estão complexamente concatenadas com as do setor privado.

Desse modo, impactada por setores privados e agentes financeiros, nacionais e estrangeiros, a política do Plano Estadual de Educação da Bahia pode ser pensada, não mais como uma política de educação pública do Estado, mas uma política transnacional, corporativa e orientada para o lucro, e ela está situada sobre as fronteiras entre a educação pública e os negócios. Portanto, ela é híbrida e globalizada.

De modo mais geral, esse argumento se sustenta nas observações de Ball (2014) que mostram regularidades e correspondências entre a educação pública e o negócio. Para ele, a educação pública, bem como as políticas educacionais e as curriculares estão envolvidas “em relacionamentos complexos de ‘cruzamento de fronteiras’ com o setor privado, órgãos estaduais, consórcios internacionais e outros estados nacionais” (BALL, 2014, p 213).

A rede política do PEE da Bahia, por essa razão, se constitui por meio de movimentos e

fluxos. Desse modo, parcerias, ligações e redes incorporam setores governamentais às econômicas e produzem capilares discursivos através das sensibilidades e das disposições de fluxo empreendedor, e a ontologia do neoliberalismo é generalizada. Encadeamentos intrincados – edificados sobre a plataforma de contratos em vez de colegialidade, cujo interesse é a geração de lucro em detrimento da produção de conhecimento ou do bem público – envolvem a educação pública do Estado da Bahia no mundo do empreendimento, da mercantilização e do comércio.

Esses novos espaços, são locais de possibilidades emaranhadas formados no interior de novas redes de políticas educacionais globais. No novo modelo de governança, a Undime/BA segue influenciando as políticas educacionais na Bahia, a exemplo do Documento Curricular Referencial da Bahia-DCRB e o Programa de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos com financiamento e suporte de empresas como o Itaú Social, Instituto Natura, Fundação Telefônica Vivo, Fundação Lemann, Sebrae, Editora Moderna, Editora FTD, dentre outras.

Ao analisar essa rede que se movimentou, e ainda o faz, no intuito de implementar o PEE da Bahia e, assim, constituir uma nova forma de governança, de condução de condutas e da produção de capital humano, percebe-se que o que está em jogo são as novas epistemologias e as novas fontes de autoridade, ou seja, há um mercado de autoridade no processo mesmo de políticas. Nesse contexto, o discurso que reivindica a qualidade educacional, justiça social, direito à educação, equidade, trabalho, responsabilização, conhecimento comum e cidadania, é sedutor.

As práticas do gerencialismo neoliberal são sedutoras, e fazem do Plano baiano uma política performática. Dessa forma, ele tem operado performaticamente para orientar currículos empreendedores, capazes de transformar o indivíduo em empresa, “em uma unidade produtiva de automaximização que opera em um mercado de desempenhos” (BALL, 2014, p. 67).

A articulação dos interesses de mercado engendra impactos nas políticas educacionais, influenciando os rumos da educação, legitimando certos conhecimentos em detrimento de outros, conformando e (en)formando os sujeitos.

A política, por isso, é performática. “Como toda norma, a política é performativa, só existe em funcionamento, quando reiterada” (MACEDO; RANNIERY, 2018, p. 744). Sendo assim, os efeitos performativos podem ser ou vir a ser efeitos “de poder que devemos aprender a ler” (BUTLER, 2015, p. 117). Esses efeitos são parte do processo mesmo de materialização da condição de humanidade; do condicionamento do sujeito que pode aparecer perante a lei que, implicitamente, o legaliza e o determina (BUTLER, 2015).

Nesse sentido, a política do PEE é performativa, cujo intuito é produzir sujeitos e identidades monolíticas, bem como governar e determinar as condutas. A performatividade desenha primeiro, e fundamentalmente, “aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência” (BUTLER, 2018, p. 35).

Segundo Ball (2014) a performatividade é aplicada através de medidas e metas que aduzem os indivíduos a se posicionarem, a organizar seus trabalhos, assumir a responsabilidade de trabalhar duro, mais rápido e melhor. A política do PEE da Bahia, nesse sentido, parece oferecer a oportunidade de os indivíduos serem melhores do que antes, a experimentar uma educação de qualidade, de serem excelentes e competitivos.

Esse movimento revela que os currículos nos municípios baianos, possivelmente, são/ serão produtos das prerrogativas de mercado, das redes políticas de governança, dos organismos multilaterais e dos grandes conglomerados, pois os formuladores de políticas locais optam por assumir tais prerrogativas (RAMOS; PEREIRA; HONORATO, 2020). Elas, por essa razão, terminam por situar a educação pública como solução para os problemas socioeconômicos, bem como intensifica a função da escola para o controle político e social “ao adotar metas, testes quantificáveis e avaliação de resultados, secundarizando a função da escola de atuar com o conhecimento, a aprendizagem escolar e o desenvolvimento da personalidade” (RAMOS; PEREIRA; HONORATO, 2020, p. 191).

Ao que parece, é a mercantilização do social em curso. A tentativa de estabelecer currículos empreendedores em detrimento de currículos que favoreçam o político, a diferença e os diversos modos de vida. Nesse instante é importante mencionar que no processo de elaboração e aprovação do PEE da Bahia, estudantes e militantes da causa LGBTQIA+ protestaram contra a retirada das palavras “gênero” e “diversidade sexual” do texto original enviado pelo governo à Assembleia

Legislativa (PORTAL G1/BA, 2016).

A supressão desses termos significa a expressão máxima da racionalidade neoliberal – acompanhada de diligências conservadores – que tenta economicizar os diversos âmbitos da vida humana. O Estado, portanto, tem por função expelir tudo o que possa colocar em risco um projeto de nação. Nessa lógica, o PEE da Bahia representa, na esfera local, um projeto de nação que se pretende alinhada aos princípios capitalistas de mercado. Um mecanismo orientador das práticas, dos comportamentos e dos modos de governança.

A governança, enquanto fenômeno léxico revelador, indexa um amálgama específico de práticas políticas e empresariais. Ela é utilizada como ferramenta de descentralização do Estado e de monitoramento da dispersão de poderes organizados em todo o ordenamento social. Poderes que orientam e conduzem e não somente delimitam o sujeito. No que se refere à política pública de educação, porém:

[...] governança não hesita em substituir a formação e implementação debatidas de políticas públicas, pelo exercício aberto de autoridade e poder via leis e policiamento. Assim, na linguagem da governança, ‘diretrizes’ substituem leis, ‘facilitação’ substitui regulamentação, ‘padrões’ e ‘códigos de conduta’ (disseminados por uma série de agências e instituições) substituem policiamento e outras formas de coerção estatal. Juntas, essas substituições derrotam o vocabulário do poder, e conseqüentemente sua visibilidade para as vidas e espaços que a governança ordena e organiza. Ela enfatiza em seu lugar a integração das ‘partes envolvidas’, a facilitação do consenso e da ‘cooperação multilateral’, e o desenvolvimento das ‘boas práticas’ na produção e implementação de soluções para problemas tecnicamente definidos. Essa integração e consenso, é claro, não coletivizam a responsabilidade. Ao contrário, a governança neoliberal contemporânea opera por meio do isolamento de grupos e indivíduos responsáveis e da sua transformação em empreendedores; opera, ainda, por meio da delegação da autoridade e do poder decisório, e da implementação local de normas de conduta. São esses os processos que tornam os indivíduos (ou grupos individualizados) ao mesmo tempo responsáveis por si mesmos e atrelados aos poderes e a um projeto geral (BROWN, 2018, p. 16-17).

Portanto, o Plano de Educação da Bahia pode ser concebido como instrumento de governança neoliberal, de economicização do político, de fusão de sujeitos numa iniciativa comum. Governança que objetiva sobrelevar os antagonismos e os partidarismos através de orientações para soluções gerenciais orientadas para o consenso. Orientações que, contraditoriamente, são construídas a partir de mobilizações partidárias e negociações de políticas públicas, bem como em atendimento à diversidade de grupos de interesses e à luta de classes (BROWN, 2018).

Em outra acepção, o PEE da Bahia também pode ser compreendido como um guia para a prática, “seja para orientar de forma técnica como a prática deve ser desenvolvida, seja para orientar de forma crítica como a prática deveria ser para assumir determinadas finalidades de transformação social” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 234). Hipoteticamente, o PEE é elemento significativo para a transformação social. Mas também é ferramenta legitimadora da lógica do mercado no campo educacional.

Com isso, ele surge como oportunidade de lucro para as *edu-business*, e abre espaços para as investidas de organismos e empreendimentos que prometem soluções de melhorias da qualidade da educação na Bahia por meio da venda de modelos de gestão eficiente, programas e equipamentos de informática, materiais didáticos, assessorias e consultorias às escolas, às gestões

e aos professores e professoras (RAMOS; PEREIRA; HONORATO, 2020).

Nessa esteira, as análises postas aqui, permitem ponderar sobre o emaranhado que são as redes políticas de governança, com atores se deslocando e produzindo sentidos para as políticas de currículo em outras esferas que não as locais. As interferências desses agentes, nessas relações público-privado, atravessaram/atravessam os contextos nacionais e internacionais, tentando estabelecer políticas educacionais no sistema educacional da Bahia mediante parcerias que disseminam significados, valores, crenças e sentidos culturais para a produção de um currículo baiano. É a era das mobilidades de políticas. É a educação baiana como um grande negócio!

Considerações

Não se pode negar que, desde as reformas educacionais iniciadas na década de 1990, as políticas públicas de Educação, no Brasil, têm sido moldadas, principalmente, pelas demandas mercadológicas e pelos negócios das *edu-business*, articulados em rede políticas de governança. Economia, negócio e governança têm regido, portanto, métodos de reformas educacionais e definição de novas políticas com fins óbvios de oportunidades de lucro.

O Plano Estadual de Educação da Bahia, nessa esteira, é uma política de currículo que foi influenciada por essas redes políticas – as quais reivindicam qualidade para a educação pública –, haja vista que existem atores do setor privado que sustentaram e ainda acompanham a sua efetivação, dando suporte através de consultorias, treinamentos, conhecimentos e materiais didáticos no intuito de fazer valer as novas possibilidades de mercantilização do currículo. Vale ressaltar também que o PEE/BA é um documento que foi orientado pelo PNE, cujo é produto dessas redes, das parcerias público-privado e das demandas de organismos multilaterais.

Diante disso, o PEE/BA se configura como mecanismo performático a serviço da racionalidade neoliberal. Seu papel é servir como texto normativo orientador para os currículos dos municípios, transportando assim, para o contexto local, sensibilidades, significados, valores, e sentidos de currículo.

O currículo, aqui, é o meio pelo qual, supostamente, poder-se á organizar as condições de governança, bem como a produção de subjetividades economicizadas, capital humano, sujeitos empreendedores de si. São currículos pretendidos e pensados para conduzir condutas, fabricar mão-de-obra, formar sujeitos trabalhadores para o mercado, corpos dóceis e produtivos, responsáveis e empreendedores (BALL, 2014), indivíduos socialmente mercantilizados.

Referências

BAHIA. **Constituição** (1989). Constituição do Estado da Bahia. Salvador, BA: Assembleia Legislativa da Bahia, 1989.

BAHIA. Lei Nº 13.559, de 11 de maio de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, BA, 12 mai. 2016.

BALL, Stephen. **Educação Global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Dinamarca: Zazie Eduções, 2018.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

Butler, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Butler, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FILHO, Miguel D. Gusmão; NETO, João da Cruz Gonçalves. Neoliberalismo oligárquico e suas consequências sociais e políticas. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas–TO, v.9, n.17, p. 157-174, ago., 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/166>. Acesso em: 29 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France: 1978 - 1979**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p.1530 - 1555 out./dez., 2014.

MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. Políticas públicas de currículo: diferença e a ideia de público. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 739-759, 2018.

PLANO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO É SANCIONADO PELO GOVERNADOR DA BA. **Portal G1 BA**, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/05/plano-estadual-da-educacao-e-sancionado-pelo-governador-da-ba.html>. Acesso em: 27 mar. de 2022.

RAMOS, Letícia; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; HONORATO, Rafael Ferreira de Souza. Influências, governança, redes de políticas e a organização da educação integral em Pernambuco. *In*: RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; ALBINO, Angela Cristina Alves; SUSSEKIND, Maria Luiza (Org.). **Democracia, educação e políticas curriculares nas pesquisas com currículos**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

SILVA, Monica Ribeiro da. **Perspectivas curriculares contemporâneas**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

UNDIME/BAHIA – União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **O que é a Undime**. Salvador/BA, 2022. Disponível em: <https://undimebahia.com.br/site/pagina-exemplo/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

Recebido em 30 de março de 2022.
Aceito em 11 de outubro de 2022.